

ENSINO DE FILOSOFIA: desafios e possibilidades para o Ensino MédioRogério Sérgio dos Santos¹José Renato de Araújo Sousa²**RESUMO**

O presente artigo discute sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio e tem como objetivo elencar os principais desafios existentes para a disciplina, desde sua inclusão no currículo educacional brasileiro até os dias atuais, assim como apresentar as possibilidades de superá-los, conforme as contribuições dos autores pesquisados. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em que evidenciou o movimento oscilatório de inserção e exclusão da disciplina de Filosofia no currículo, motivo pelo qual a impossibilitou, durante sua trajetória histórica, definir-se como um componente curricular obrigatório no Ensino Médio e de ser trabalhada de forma a proporcionar uma atividade propriamente filosófica. No entanto, constatou-se que, para a maioria dos pesquisadores, a superação dos problemas relativos ao Ensino de Filosofia no Ensino Médio é possível, através de uma metodologia de ensino adequada e de uma postura de problematização dos conteúdos filosóficos pelo professor. As reflexões desenvolvidas nesta pesquisa fundamentam-se nos estudos Gallo (2006, 2012), Cerletti (2009) e Kohan (2009, 2013), dentre outros autores que discutem a temática.

PALAVRAS- CHAVE: Filosofia. Ensino Médio. Desafios. Possibilidades.

RESUMEN

Este artículo analiza la enseñanza de la Filosofía en el Bachillerato y tiene como objetivo enumerar los principales desafíos existentes para la disciplina, desde su inclusión en el currículo educativo brasileño hasta la actualidad, así como presentar las posibilidades de superarlos, según los aportes de los autores encuestados. Inicialmente se realizó una investigación bibliográfica en la que se evidenció el movimiento oscilatorio de inserción y exclusión de la asignatura de Filosofía en el currículo, por lo que impidió, durante su trayectoria histórica, definirse como un componente curricular obligatorio en la Alta. Escuela y trabajar para proporcionar una actividad propriamente filosófica. Sin embargo, se encontró que, para la mayoría de investigadores, la superación de problemas relacionados con la Enseñanza de la Filosofía en el Bachillerato es posible, a través de una adecuada metodología de enseñanza y una postura de problematización de los contenidos filosóficos por parte del docente. Las reflexiones desarrolladas en esta investigación se basan en los estudios Gallo (2006, 2012), Cerletti (2009) y Kohan (2009, 2013), entre otros autores que discuten el tema.

PALABRAS CLAVE: Filosofía. Escuela secundaria. Desafíos. Posibilidades.

¹ Mestre em Filosofia pelo Programa de Mestrado Profissional em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Graduado em Filosofia (FAEME); Graduado em Pedagogia (UESPI); Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UESPI); Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (IFPI). E-mail: sergiofariass49@gmail.com

² Doutor em Educação (UNICAMP), Mestre em Filosofia (UNICAMP), Graduado em Filosofia (UFPI), professor Programa de Mestrado Profissional em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professor Associado do Departamento de Fundamentos da Educação (UFPI). E-mail: renatocacto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento na Grécia antiga, em meados do século VI a.C., a Filosofia contribui na problematização do mundo real, na medida em que permite ir além do sentido comum e aparente em que as coisas se apresentam. Nessa perspectiva, Rodrigo (2014) reforça esse pensamento quando afirma que a Filosofia nos dá a oportunidade de desenvolver um pensamento racional, crítico e reflexivo que permite uma relação consigo mesmo e com o outro. Essa é uma atitude que desperta no indivíduo o senso crítico, mediante um mundo que aparece como algo pronto e acabado.

A Filosofia, como área do conhecimento, tem um papel significativo que possibilita grandes contribuições à vida em sociedade. Todavia, precisa conquistar o seu espaço para que sua prática tenha um maior reconhecimento e interesse por parte dos educandos e da própria sociedade. Porém, podemos observar que, na trajetória do ensino de Filosofia no Brasil, existem vários desafios, desde a implantação da disciplina no currículo educacional como o movimento oscilatório de inclusão e exclusão desse importante componente curricular no Ensino Médio. Além dos desafios relacionados à carga horária reduzida, falta de uma metodologia de ensino adequada, necessidade de programas de formação continuada dos professores, dentre outros.

Acreditamos que o movimento oscilatório de inclusão e exclusão da disciplina de Filosofia no currículo escolar impossibilitou maiores avanços em sua trajetória, no sentido de firmar-se como um componente curricular importante na formação dos jovens e de ser trabalhada com mais veemência nas escolas. Entretanto, é importante ressaltarmos que, embora diante desses desafios, existem diversas possibilidades que podem favorecer sua prática de ensino.

Assim, com o objetivo de identificarmos os desafios ligados ao ensino de Filosofia no Ensino Médio da rede pública, e de propormos algumas possibilidades como tentativa de superar tais desafios, conforme os autores pesquisados, desenvolvemos a presente pesquisa de caráter qualitativo, baseada em um estudo bibliográfico. Para tanto, estruturamos esse texto da seguinte maneira: no primeiro tópico, destacamos alguns aspectos importantes da trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil, no subtópico retratamos alguns limites e desafios que o ensino de Filosofia veio enfrentando durante toda trajetória histórica até os desafios observados atualmente. Logo em seguida, no segundo tópico, apresentamos algumas possibilidades, com bases nos autores pesquisados, que consideramos como importantes alternativas para superarmos alguns dos desafios abordados no texto. Acreditamos que, ao discutirmos as possibilidades apresentadas pelos autores que compõem o tecido teórico desse estudo, poderemos contribuir com novas alternativas teórico-metodológicas para o ensino de Filosofia no Ensino Médio, sobretudo na rede pública.

1. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Para falarmos sobre os desafios do ensino de Filosofia é imprescindível discutirmos a trajetória dessa disciplina no currículo educacional brasileiro, pois acreditamos que muitos problemas existentes na efetivação de sua prática são consequências do movimento de inclusão e exclusão da disciplina no currículo. Através de uma exploração na história, evidenciamos muitos obstáculos existentes em sua prática. É a partir daí, que compreendemos um pouco da dinâmica do seu ensino e dos desafios impostos.

Em diferentes períodos históricos a importância da Filosofia suscitou diversas discussões, tanto no meio acadêmico, como no contexto escolar, impelidos por questões referentes à legalidade, currículo, conteúdo, forma e ao papel da disciplina na formação dos educandos (BELIERI e SFORNI, 2013). Isso provocou um movimento oscilatório de inclusão e exclusão da disciplina no currículo educacional brasileiro.

A disciplina de Filosofia passou por processo de inclusão e exclusão do currículo ao longo de sua trajetória histórica, e esta como integrante do componente curricular, oscilou desde os primeiros projetos e leis educacionais ainda no período colonial com a chegada dos jesuítas, os primeiros professores de Filosofia no século XVI. Segundo Rodrigues (2012, p.70) “nesse período, o ensino de Filosofia era vinculado aos preceitos religiosos dos jesuítas, responsáveis pela educação à época”. O ensino naquela época tinha característica conservadora, centrada num modelo tradicional, onde o aluno era tratado como ser passivo diante de um sistema pronto e acabado.

Além de ser um ensino filosófico baseado na doutrina teológica católica, estava voltado à educação elitista. Esse sistema perdurou até a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal, no ano de 1759. Cabe ressaltarmos aqui, que este ensino se enquadrava mais numa perspectiva doutrinária, onde podia-se perceber que fugia de princípios filosóficos, pois podemos dizer que não era mais que uma repetição de saberes com um ideal teológico.

Com a reforma Pombalina, o ensino de Filosofia passa a ter ligação ao ideal iluminista, representando um momento de superação da concepção religiosa, atribuindo a responsabilidade pela instrução pública ao Estado (BELIERI e SFORNI 2013). Conforme Mazai e Ribas (2001), esse ideal iluminista disseminou-se com o pensamento filosófico moderno francês, que procurou superar as ideias impregnadas na escolástica, com um pensamento baseado no enciclopedismo, em que a razão passa a ser a única forma do conhecimento. Apesar desse momento de superação da concepção religiosa, percebemos que não foi suficiente, pois o ensino de Filosofia ainda enfrentava vários entraves durante sua trajetória. Destacamos a ausência de firmeza, ainda no século XX, pois é possível percebermos o movimento pendular e a falha na presença efetiva da Filosofia no currículo educacional brasileiro. Mazai e Ribas (2001, p.9) ressaltam que “com a reforma educacional de 1915, a partir do decreto nº 11.530, a Filosofia passa a ser disciplina facultativa”.

Posteriormente, “com a promulgação da Lei 4.024/61, passa a ser disciplina complementar nos currículos, até sua exclusão em 1964 pelo golpe militar, sendo substituída pela Educação moral e cívica” (MAZAI e RIBAS, 2001, p.10). Com o golpe militar a disciplina foi banida dos currículos, tornando-se apenas disciplina facultativa. Em seguida, “com a promulgação da Lei 5.692/71, a Filosofia foi retirada por

completo dos currículos, retornando só após a ditadura militar, em 1986, com a redemocratização do país” (IDEM, 2001, p.11).

A Filosofia retornou ao currículo brasileiro como componente curricular obrigatório em 2008. A [Lei nº 11.684/08](#) alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que recomenda a Filosofia como disciplina obrigatória em todos os anos do Ensino Médio (BRASIL, 2008). Com a inserção da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio parecia que seu ensino ganhava força, porém os desafios aumentam com a perda da obrigatoriedade pela a nova reforma, que por sinal, torna-o cada vez mais frágil e desafiador.

Dessa forma, novamente é possível perceber sua fragilidade com a nova Base Nacional Comum Curricular Comum (BNCC), pois a Filosofia perde, de certo modo, sua obrigatoriedade em todos os anos do Ensino Médio, antes inclusa pela lei 11.684/2008, demonstrando assim, mais um entrave na oferta da disciplina. Atualmente, a partir da reforma do Ensino Médio, que é ainda muito confusa, a Filosofia aparece agora inclusa por área do conhecimento como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme previsto no inciso IV do artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a redação dada pela lei nº 13.415, de 2017 (BRASIL, 1996).

De acordo com Savian Filho et all. (2018, p.1) “ainda há muita nebulosidade em torno da Base Nacional Curricular Comum, o que torna difícil antecipar o futuro da filosofia como unidade curricular do Ensino Médio”. O referido autor, levanta alguns pontos de reflexão em nota para a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), dentre eles:

1. A BNCC não exclui a filosofia nem dá diretrizes rígidas para a sua configuração no Ensino Médio. Ela mesma afirma explicitamente não constituir-se no currículo dessa fase formativa, mas apenas na definição das suas aprendizagens essenciais. O fato de a filosofia ter deixado de ser disciplina obrigatória não significa que ela tenha saído do currículo nem que precise sair. O futuro da unidade curricular de filosofia ainda é incerto, pois a BNCC permite que ele seja decidido nas instâncias estaduais e municipais e mesmo nas escolas.

2. A permanência de filosofia como unidade curricular dependerá da resistência das escolas. Na elaboração de seus projetos pedagógicos, em função da reorganização que virá (definindo especializações na formação), as escolas podem manter o ensino de filosofia. Não apenas as escolas que se especializarão em “ciências humanas”, mas mesmo as escolas especializadas em “ciências exatas” poderão ter horas de formação em filosofia [...].

3. A BNCC, sem anular o modelo clássico da formação por aulas, oferece outros modelos formativos (laboratórios, oficinas etc.), válidos para todas as unidades curriculares. Nisso há uma possibilidade forte de encontrar itinerários formativos em filosofia, até mesmo com um aporte de modernidade metodológica.

4. No entanto, parece-nos urgente inserir na resistência dos professores o esclarecimento de que filosofia não faz parte das “ciências humanas”. Por questões de facilidade, talvez não seja um problema incluí-la nessa rubrica, mas convém lembrar que ela a transcende; do contrário, não haveria filosofia da matemática, das ciências exatas, da biologia etc.[...]

5. A urgência de esclarecer os pontos já elencados confirma a necessidade de os professores de filosofia participarem do debate sobre o Ensino Médio (como também sobre o Ensino Fundamental), numa atitude de diálogo que procura encontrar caminhos para mostrar a importância da manutenção da unidade curricular de filosofia [...].

6. Do lado dos colegas professores e estudantes universitários, parece possível e necessário um envolvimento com a resistência da filosofia como unidade curricular nas escolas, oferecendo formações (tão desejadas por nossos colegas professores do Ensino Médio) e participando do debate público [...] (SAVIAN FILHO et al, 2018, p.1).

Os desafios impostos ao ensino de Filosofia reforçam a importância do professor e o reconhecimento do seu papel na busca de dar sentido ao conteúdo filosófico. Por mais que esta apareça como obrigatória no parágrafo dois (§ 2), do artigo 35 da LDB/1996, na prática será como optativa, pois vai depender da escolha pelo aluno em estudá-la. Porém, outro problema que acreditamos tornar esse ensino ainda mais frágil, é a forma como Estado vai ofertar, pois vemos que ao longo da história do ensino de Filosofia no Brasil, os governos parecem ter demonstrado pouco interesse por essa área do conhecimento, basta olharmos a trajetória histórica dessa disciplina, como apresentado acima.

Diante desses desafios, percebemos que o ensino de Filosofia se apresenta em segundo plano, parece mais como um complemento de currículo, e isso impede que esta se defina como deveria. Todo esse movimento oscilatório acaba por impedir sua definição no sistema educacional brasileiro e na realização de seu papel. Conforme Luz et al. (2012, p.311):

[...] a inserção do ensino da Filosofia no Ensino médio de forma obrigatória demonstra o hiato existente para a construção do ser crítico e pleno preparado para interagir de forma complexa na sociedade. Não cabe pensar que a filosofia busca somente formar um ser ético e crítico, pois ela busca competências que fundamentam o convívio humano nas mais diversas realidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

No entanto, quando a Filosofia parece ganhar força, mesmo diante de todos os obstáculos, novamente temos a incerteza de efetivação no currículo escolar a partir da implementação da nova BNCC e os desafios para sua prática em sala de aula parecem aumentar. Quando dizemos isso, não estamos aqui querendo apresentar um ensino livre de dificuldades, mas, pelo menos, que a sua importância seja reconhecida. Se antes era comum ver o aluno indagar: Filosofia para quê? Agora, demonstrará ainda mais indiferença.

1.1 Desafios do Ensino de Filosofia no Ensino Médio

Além dos desafios apresentados na trajetória do ensino de Filosofia no Brasil, existem, segundo Sousa (2017), outros problemas acerca da sua prática no Ensino Médio, como a falta de uma política de

formação continuada dos professores, carga horária reduzida, problema com a metodologia trabalhada, dentre outros. De todos esses desafios, podemos considerar a redução da carga horária como um dos maiores, pois acreditamos que isso interfere diretamente na aprendizagem dos educandos, já que esta situação acaba comprometendo a análise e discussão detalhada dos conteúdos propostos. Tendo em vista a complexidade da disciplina, o tempo fica muito curto para uma abordagem mais ampla dos conteúdos filosóficos. Desse modo, conforme Sousa (2017), dispomos de pouco tempo para desenvolver uma reflexão mais profunda sobre uma determinada temática trabalhada, sendo assim, impossível abordar, durante o ano letivo, a maior parte do conteúdo da disciplina.

A disciplina de Filosofia requer tempo para leitura, meditação/reflexão sobre os conteúdos e problemas filosóficos interligados ao seu conteúdo, e essa falta de tempo termina por vermos os assuntos muito superficialmente. Aliado a isso, não se deve esquecer de citar algo considerado desafiador para os professores dessa área, que é o universo da pressa, da satisfação imediata, conforme descrito por Lipovetsky (2004, p. 80-81):

No universo da pressa, dizem o vínculo humano é substituído pela rapidez: a qualidade de vida, pela eficiência: a fruição livre de normas e de cobranças, pelo frenesi. Foram-se a ociosidade, a contemplação, o relaxamento voluptuoso: o que importa é a auto-superação, a vida, o fluxo nervoso, os prazeres abstratos da onipotência proporcionados pelas intensidades aceleradas. Enquanto as relações reais de proximidade cedem lugar aos intercâmbios virtuais, organiza-se a cultura de hiperatividade caracterizada pela busca de mais desempenho, sem concretude e sem sensorialidade, pouco a pouco dando cabo dos fins hedonistas.

O tema que Lipovetsky (2004) aborda é uma realidade comum atualmente. Vivemos a era do imediatismo, de resultados rápidos, a era da informação em redes, da linguagem superficial movida pelos meios de comunicação, como diz o autor, a era onde as relações reais são substituídas pelas virtuais, passageiras. Qual o problema disso? O problema é que principalmente os discentes estão muito centrados nesse mundo imediatista. Isto é, eles estão mais ligados a esse mundo de fluxo rápido da internet.

Com esse mundo virtual sobreposto, o discente parece ter aversão à leitura de livros, pois é mais fácil o acesso a resumos prontos e informações superficiais disponíveis na internet. No entanto, podemos citar como consequências disso, apenas um apego a breves resumos de obras filosóficas, onde os discentes ao menos se dão o trabalho de uma análise e reflexão mais profunda dos conhecimentos filosóficos.

O que temos são apenas meras opiniões e uma linguagem superficial dos saberes filosóficos. Com isso, não queremos dizer que esses desafios nos impossibilitam de trabalharmos o ensino de Filosofia, mas, de certa forma, esse é um dos grandes entraves que enfrentamos atualmente em nossa prática. Alguns alunos não se dão o trabalho de pensar, de ler profundamente os livros ou obras de autores, pois optam por buscar informações prontas na internet. Conforme ressalta Luz e Santo (2012, p.309): “a busca de resultados imediatistas, não permite o espaço necessário para o pensar crítico, capaz de fomentar competências básicas para a construção da autonomia do educando no contexto das suas relações sociais, educacionais e profissionais”.

Silvio Gallo (2012) classifica esse tempo, como o tempo da opinião generalizada. “Tudo são fluxos acelerados, como se a vida fosse um mero videoclipe sem tempo para um pensamento organizado. O pensamento é um exercício que precisa tanto de tempo quanto paciência” (IDEM, 2012, p. 23). Pelos meios de comunicação, e sobretudo com as redes sociais, o indivíduo é chamado a opinar sobre qualquer coisa e termina por ficar nisso mesmo. Mas, praticar a Filosofia, ensinar o exercício filosófico é, na visão de Gallo (2012), uma forma de resistência contra a mera opinião advindas dos tempos hipermodernos, pois o exercício do filosofar é a saída da falsa segurança na mera opinião.

O risco aqui é a forma como a Filosofia vem sendo trabalhada, pois o tempo de aula semanal, aliado à falta de qualificação profissional, com aulas como mera transmissão de saberes engessados, podem se resumir apenas em meras opiniões. Um exemplo mais claro disso, pode ser os seminários, que são comuns hoje nas aulas de Filosofia, sobre temáticas cotidianas que se resumem apenas a exposição de opiniões.

Outro desafio que enfrentamos ao longo da história e que ainda é comum vermos, é a atuação de professores no ensino de Filosofia com formação em outras áreas. O ensino de Filosofia, segundo Guido et al., (2013) era ministrado por professores de outras áreas do conhecimento, em períodos que as escolas não atraíam filósofos. Era comum ver atuação de professores, pedagogos e clérigos nessa área. É importante ressaltarmos que, ainda é comum vermos essas práticas nas escolas públicas brasileira.

A metodologia trabalhada em sala de aula apresenta-se, também, com outro desafio atual para o ensino de Filosofia. Podemos citar, como exemplo, as aulas expositivas com grande apego apenas à história da Filosofia e ao ensino acadêmico, pois alguns professores apenas reproduzem saberes enciclopédicos adquiridos nas Universidades. Segundo Fávero et al. (2004), mesmo com alguns avanços, existem ainda muitos professores no Brasil que se apoiam nessa prática de aula expositivas ligadas a manuais ou apostilhas com fragmentos históricos de alguns filósofos. Esse método, pelo que percebemos, pode levar os educandos a conhecer apenas os filósofos, suas correntes de pensamento e como se caracteriza a filosofia em diferentes épocas. Isto é, os alunos podem apenas aprender a reproduzir conteúdo pronto e acabado da história da Filosofia.

A história da Filosofia deve aparecer não como ensino enciclopédico de decorar nomes de filósofos, saber períodos ou contexto distantes, mas que nasce no vivido (RONDON, 2013). Todavia, é importante que o professor desenvolva em suas aulas a prática da reflexão e problematização dos saberes filosóficos. Conforme Cerletti (2009, p. 87):

Ensinar Filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro. Não tem sentido transmitir “dados” filosóficos (isto é, informações extraídas da história) como se fossem peça de uma loja de antiguidades com a qual os jovens não teriam qualquer relação. Não há sentido em tentar transmiti-los sem vivificá-los no perguntar dos alunos.

Acreditamos que o ensino de Filosofia precisa estabelecer uma relação ou referência com a cultura e/ou experiência que os educandos já possuem, para que seu ensino faça sentido para os mesmos. Para tanto, os docentes precisam adotar metodologias que favoreçam a aprendizagem dos alunos, levando em consideração os conhecimentos destes acerca das temáticas em estudo. De acordo com Rondon (2013,

p.70), “o professor precisa adequar o material didático ao universo cultural do aluno, para que ele possa confrontar seu conhecimento cotidiano com novas formas de ver e agir no mundo”.

Podemos pensar os pressupostos de Rondon (2013) como possibilidades para o ensino de Filosofia em nossas aulas, pois demonstram ser um novo jeito de trabalharmos os conteúdos filosóficos. Conforme o referido autor, quando trabalhamos conteúdos aliado ao cotidiano dos educados tornamos as aulas mais atrativas e significantes.

2. POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Apresentaremos, a seguir, algumas possibilidades para o ensino de Filosofia no Ensino Médio, com base em estudos e propostas de autores que fundamentam essa temática. Portanto, esperamos poder construir novos referenciais teórico-metodológicos acerca do assunto e contribuir com o processo de reflexão e análise crítica da prática ensino desse importante componente curricular. Destacaremos as contribuições de pesquisadores como Silvio Gallo (2006, 2012), Cerletti (2009) e Kohan (2009, 2013), assim como outros autores citados no texto.

Existe um conjunto de possibilidades para o ensino de Filosofia no Ensino Médio que podem contribuir para superar alguns desafios enfrentados pela disciplina desde os tempos remotos aos atuais. Porém, devemos enfatizar que isso não é tarefa fácil, e mesmo não estamos aqui querendo solucionar o problema do seu ensino, mas apresentar algumas possibilidades que possam ajudar na sua prática.

Inicialmente, Cerletti (2009, p .7) traz à tona a discussão sobre o problema do ensino de Filosofia, quando faz a seguinte indagação:

se realmente é possível ensinar Filosofia sem uma intervenção filosófica sobre os conteúdos, e as formas de transmissão de saberes filosóficos, sem responder univocamente o que é Filosofia? Ou também, sem observar as condições e o contexto social, político e institucional que se levará esse ensino.

Com base nessa indagação, cabe ressaltarmos que de fato é importante, inicialmente, responder e compreender a filosofia, pois seria esse um ponto de partida do ensino, um partir da mesma. Não significa dizer que seria o único, mas seria um importante direcionamento para trabalhar seu ensino.

A intervenção filosófica sobre os conteúdos é essencial quando ligada ao contexto sociopolítico, em especial do aluno, pois será uma forma de contextualizar o ensino. É importante destacarmos que não falamos aqui de um ensino como mera transmissão de conteúdo, mas de um ensino com um caráter crítico, criativo e problematizador das questões filosóficas. Essas questões citadas aparecem como possível arcabouço para tornar a disciplina e seu ensino significativo, pois a Filosofia não deve ser vista apenas como uma disciplina qualquer no currículo educacional brasileiro, já que não se trata de um simples saber, mas de um conjunto de saberes que, além de possibilitar o senso crítico dos indivíduos, tem um papel de grande importância na formação ética e político-social dos mesmos.

Campaner (2013), ressalta a contribuição da Filosofia para a formação ética e política do cidadão, mas para isso, o autor discute a importância da elaboração de propostas concretas para seu ensino. Nesta linha de pensamento, destacam-se os documentos relacionados ao ensino da mesma como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Filosofia (DCN) que pregam essa formação cidadã. Porém, cabe-nos perguntar: que tipo de cidadania é esta que os documentos pregam?

Silvio Gallo (2012) faz uma crítica a esses documentos produzidos pelo Ministério da Educação, em que a Filosofia aparece como meio para atingir determinado objetivo, como exemplo a formação cidadã. Ele diz que “justificar a Filosofia nos currículos de modo instrumental, como é o caso de usá-la a serviço de algo como a cidadania, é essencialmente antifilosófico” (IDEM, 2012, p. 21-22).

Esse ponto de vista de Gallo (2012) é mais uma possibilidade para se pensar como trabalhar o ensino de Filosofia, e usar de tal discurso para fundamentar a ideia anterior, sobre o tipo de cidadania que os documentos pregam, pois essa intencionalidade pode estar direcionando os discentes para a servidão de um sistema que está aí posto. Quando dizemos isso, não estamos querendo negar sua importância para o homem como ser político, mas sobre o perigo de usarmos esta, rumo a um caminho sem volta.

Nessa perspectiva, é preciso termos como possibilidade para o ensino de Filosofia e como uma nova maneira de fazê-la, a tarefa de problematizar conceitos prontos como este da cidadania, imposto pelo sistema, ou “educação maior”, conforme Gallo (2012). E trabalhar o ensino de Filosofia pelo âmbito da “educação menor”, já que toda educação até aqui, parece estar voltada mais para o âmbito da educação maior. Pensemos no âmbito da “educação menor”, que se apresenta na sala de aula bem mais próxima de nós, como uma possibilidade de descentralizar as imposições de um sistema.

Segundo Gallo, (2012, p.26), “a educação menor é aquela que se pratica nas salas de aulas, entre as quatro paredes, no âmbito do pequeno, como resistência, como produção de algo que se coloca para além e para além das grandes políticas”. Ele ainda ressalta que ela se instala no interior de um espaço escolar que é gerido pela educação maior, mas esta aparece como resistência às imposições da educação maior (IDEM, 2012).

Pelo que percebemos nos argumentos de Gallo (2012), a educação menor funciona como um sistema de militância que não está aí posta a serviço das imposições gestadas pelas instituições maiores, mas ao contrário delas, agindo contra, resistindo.

De acordo com Gallo (2012), quando a política educacional dispõe a Filosofia no currículo, está ali para atender a determinados interesses, como é o caso de formação cidadã. Então, voltamos a enfatizar que tipo de cidadania é essa proposta pela educação maior. Assim, a educação menor aparece aqui como uma possibilidade, pois esta acontece como o inverso daquilo que aparenta não ter dado certo, e também porque a educação maior é algo distante do cotidiano do discente. Pensando assim, partimos do inverso do que sempre foi posto a se seguir. Pois, a Filosofia advinda da educação maior não se apresenta como desejável, que “contribua” para a vida do jovem estudante como ser crítico, mas para âmbito da passividade.

No entanto, além de todos os desafios enfrentados no ensino de Filosofia desde o princípio, conforme apresentados no texto, que dificultam suas possibilidades, podemos citar, também, o desprezo à disciplina quando dispomos apenas de uma aula semanal. Uma aula semanal parece por acabar de sucumbir todas as possibilidades e maneiras de fazê-la.

Acreditamos que o ensino de Filosofia precisa de todo um conjunto de fatores em consonância, pois embora existam diversas possibilidades, o ensino parece ficar à toa diante de uma infinidade de problemas que a dificulta de acontecer. Percebemos que existem muitas discussões no âmbito teórico sobre novas estratégias pensadas ao longo do tempo para o ensino, mas na prática termina por não acontecer. O seu ensino precisa de ações concretas, e as estratégias pensadas devem ser postas em prática, para não ficar apenas no âmbito hipotético. Como é possível fazer Filosofia desta forma? Não adianta termos boas propostas, leis e documentos de apoio se, na prática, não acontece. E ainda mais, o problema parece ser maior quando é imposto como um modelo pronto e acabado.

Embora diversos desafios mencionados no texto que dificultam a prática do ensino de Filosofia, sobretudo, no Ensino Médio, de início podem servir como motivação para pensarmos novas maneiras de fazê-la e é diante disso que buscaremos novas possibilidades. Segundo Luz e Santo (2012, p.313),

a inserção do ensino da Filosofia no ensino médio se afirma como um saber capaz de provocar inter-relação entre as áreas do conhecimento, inquietações, reflexões e mudanças necessárias para a construção da autonomia do educando. Cabendo aos licenciados na área a estimular nos educandos as condições necessárias para a reflexão filosófica.

É importante destacarmos que a Filosofia se torna necessária não apenas para o Ensino Médio, mas, também, para toda a Educação Básica quando se entende sua função nos caracteres educacional e político (Idem, 2012). Seu ensino, conforme Lima (2010), possibilita iluminar o sentido teórico e prático daquilo que pensamos e fazemos, mas seu trabalho não consiste necessariamente em trazer respostas e soluções às situações, mas de certa forma, pensar o existente. Enfim, o ensino de Filosofia precisa despertar o senso crítico dos indivíduos sobre a própria realidade da qual o indivíduo faz parte, para que o mesmo tenha uma formação política efetiva.

Segundo Sá (2014), a Filosofia no Ensino Médio é a peça fundamental na formação intelectual de um cidadão e na consciência crítica dos alunos, além de possibilitar uma visão mais ampla e um olhar mais ativo sobre as coisas. Isso acontece devido ao caráter investigativo do saber filosófico. E o professor pode ser peça fundamental na tarefa de “tornar” o aluno ativo dentro da sala de aula, para que ele não seja apenas receptor de informações. Mas, para que isso aconteça, depende muito da forma como são trabalhados os conteúdos filosóficos. Assim, podemos citar a importância do papel do professor a partir de Cerletti (2009), quando afirma que o bom docente é aquele que se situa na condição de problematizar sempre, este é mais do que mero professor, mas pensador, mais que simples transmissor acrítico de um saber que o mesmo domina.

Nesse sentido, vemos a importância de o professor problematizar os conteúdos filosóficos, para que não seja visto como mero transmissor dos saberes filosóficos prontos e acríticos. E desse modo, os discentes não sejam meros receptores de informações, mas seres ativos e críticos. “O professor deverá ser um filósofo que cria e recria cotidianamente um conjunto de problemas filosóficos e suas tentativas de resposta, e isso ele não fará sozinho, mas com seus alunos” (CERLETTI, 2009, p.83).

A importância do professor problematizador, citada por Cerletti (2009), é uma possibilidade para driblar alguns desafios que enfrentamos atualmente, como: ensino enciclopédico de mera transmissão da história da Filosofia como das aulas expositivas, o pequeno tempo disponível de uma aula semanal e o problema do apego ao livro didático que aborda uma sequência da história com temáticas superficiais dos pensamentos dos filósofos. Pois, pelo que observamos em Cerletti (2009), o professor pode inovar o ensino. E isso ele pode fazer juntamente com os alunos.

Imaginemos que o professor, nesse viés, tenha a criatividade e a capacidade de lidar com esses desafios apresentados e fazer das aulas de Filosofia o momento para reflexão crítica dos saberes filosóficos e/ou “o movimento do pensamento” (GALLO, 2012, p.119). A forma como a Filosofia é trabalhada é que vai dar relevância ou significância ao seu ensino, e vai depender muito da formação do professor e da relação que este tem com os conteúdos filosóficos. Acreditamos que esta seja outra possibilidade para o ensino de Filosofia.

Quando fazemos a crítica em relação ao livro didático não é sobretudo, apenas sobre o mesmo, pois sabemos que este é um manual de suporte, porém, o problema maior está no professor, que muitas vezes se prende unicamente a este, usando-o como modelo único, repetindo o que está posto lá através de aulas expositivas, fazendo com que o ensino de Filosofia fique apenas como repetir palavras. Ou mesmo, ligado ao caráter da ensinabilidade.

Segundo Mattar et al. (2013), no Brasil a metodologia mais utilizada nas aulas de Filosofia, conforme as orientações curriculares nacionais, ainda é a aula expositiva, junto a debates em grupos com uso de livros didáticos e apostilas. Ela diz que não devemos recusar a prática do livro, porém adverte que o professor precisa ter um cuidado especial, para que com seu uso não o faça renunciar de sua condição de produzir seu material didático.

Esta forma de aula expositiva é muito criticada por Cerletti (2009), ele ressalta que trabalhá-la num viés de ensinabilidade pode estar correndo um risco de fugir do ideal filosófico, pois o ensinar nos remete a pensar numa transmissão de conteúdo. É o que acontece atualmente nas aulas de Filosofia, no modelo de aula expositiva. Segundo o referido autor, “antes o que se sugere é que a tarefa de ensinar necessita estabelecer as condições para que ela possa ao menos ser tentada. E considera-se que uma delas é que o professor possa caracterizar e exercitar a Filosofia que é posta em jogo na sala de aula”. (CERLETTI, 2009, p.18).

Atualmente, muitos alunos veem a Filosofia com uma certa indiferença, pois é comum vermos relatos do tipo, Filosofia para quê? Acreditamos que isso está relacionado, em grande parte, à forma como

a disciplina é ensinada, como por exemplo, ao modelo ultrapassado de trabalharmos seu ensino, também pelo momento em que vivemos e pela sociedade em que vivemos. Vivemos a era do imediatismo numa sociedade onde se busca resultados rápidos e concretos. E nela o discente parece não encontrar esses resultados.

Acreditamos que diante desses problemas apresentados, devemos pensar em outros jeitos de fazer Filosofia, pois aquelas práticas tradicionais até então, parecem não terem dado certo. A Filosofia em si deve ir muito além disso. Nessa direção, Gallo (2012), sugere, como possibilidade para trabalhar o ensino de filosofia, organizar as aulas como uma oficina de conceitos, em que o professor juntamente com os alunos maneje os conceitos criados ao longo da história como ferramentas para resolução de problemas e a partir de problemas específicos possam criar conceitos filosóficos.

O professor de Filosofia no Brasil hoje precisa reinventar suas práticas de modo que o aprendizado da disciplina faça sentido para os jovens estudantes, mas para que isso se efetive é preciso que fuja da transposição do ensino universitário simplificado e diminuído (RODRIGO, 2014). “É preciso que busque fazer das aulas de Filosofia um espaço para reflexões próprias, sem apego excessivo à tradição histórica ou temática, essa é uma atitude desejável e necessária ao aprendizado em nível universitário e médio” (PERECINI et al., 2014, p. 114).

O trabalho do professor não deve ser, portanto, na direção de ensinar, mas problematizar, levar os discentes através dos questionamentos, diálogos ao ponto de partida do filosofar, pois ensinar é uma forma de empobrecimento racional do aluno, e assim, o aluno aparece como ser passivo, acomodado, é como prender seu raciocínio. Isso supõe, segundo Kohan (2009), a lógica do embrutecimento que impede que a inteligência de quem aprende trabalhe por si só.

O professor não deve ser um “aniquilador” do raciocínio, mas um mediador, provocador, problematizador dos saberes filosóficos. Assim, possibilita que os discentes busquem por si só compreender os problemas, ou saberes filosóficos. “O professor deverá ser um filósofo que cria e recria cotidianamente um conjunto de problemas filosóficos e suas tentativas de respostas e isso ele não fará sozinho, mas com os seus alunos” (CERLETTI, 2009, p.83).

Os alunos, por intermédio do professor, devem ser como o filósofo, pois o filósofo sempre está em busca de saber e desvendar o saber. Não um saber pronto e acabado, mas um saber que experiencia o não saber, que faz o movimento da ignorância ao saber. Aquele que busca conhecer, que está sempre à procura de respostas, que usa das indagações seu aposto para os problemas (GALLO, 2006).

Conforme Rodrigo (2014, p.26), “a didática do ensino de Filosofia deve criar mediações pedagógicas que facilitem o processo de aprendizagem, além de promover a construção da capacidade do estudante pensar por conta própria”. Seu ensino consiste, não unicamente em refletir, mas construir novas composições e experimentar novas relações entre os seres. “A principal razão para a sua presença reside na particularidade de sua natureza filosófica pelo contorno do pensamento sobre si mesmo, seus temas, finalidades e procedimentos de investigações” (PERENCINI et al, 2014, p.104).

No entanto, acreditamos que para isso acontecer, é importante ampliarmos a prática dos saberes filosóficos com profissionais qualificados na área de atuação, pois o professor com formação em Filosofia, conforme Sousa (2017, p. 80), “tem mais condições de conduzir o estudante à busca da maioridade intelectual, auxiliando-o a problematizar a realidade com mais criticidade e a superar as superficialidades presentes no contexto social e ideologias, etc.”

Além disso, apontamos também para importância de metodologias adequadas para dar mais significância ao ensino, pois atualmente não se deve vincular o ensino de Filosofia a uma metodologia, não se fala de metodologia, mas de metodologias. Ainda sobre a metodologia, compartilhamos do pensamento de Kohan (2013, p.184) quando ele afirma que “não existe o método filosófico, mas pluralidades de métodos e mais ainda, a impossibilidade de se fixar, com exclusividade, qualquer método à mesma. Ou seja, o professor de Filosofia deve adotar compromissos metodológicos sem se prender a um método”. Podemos perceber esta importância, também, no pensamento de Sousa (2017, p.80), quando ele destaca:

Sobre o método no ensino de Filosofia, sabe-se que ele é fundamental, uma vez que não tem como se ensinar a disciplina sem ter um caminho ou direção a seguir, contudo, não existe um método específico ou único, postulado como receita para o sucesso no ensino de Filosofia no ensino médio. Em outras palavras, não há um método filosófico geral capaz de abarcar com precisão a dinamicidade do contexto de sala de aula. Sendo assim, não podemos afirmar uma metodologia, mas uma pluralidade de metodologias no que se refere o ensino de Filosofia.

No entanto, no âmbito das possibilidades para o ensino de Filosofia, esperamos que os professores sejam capazes de tomá-la como oposição à heteronômica dos demais saberes disciplinares, pois sua presença nesse grau de ensino é imprescindível na “formação dos alunos”, a fim de que desenvolva um pensamento reflexivo, crítico e criativo (CARMINATI, 2013). Todavia, ainda nesse contexto de possibilidades, segundo Rodrigo (2014), para que os saberes filosóficos tenham significado na vida do educando, o professor precisa criar estratégias na sua didática que sejam capazes de estabelecer uma relação ou referência com a cultura e/ou experiência que os educandos tenham ao ingressar na escola.

O professor deve introduzir o estudante na problemática filosófica, fazendo-o ver o que é esse universo de possibilidades, pois o ensino de Filosofia vai além do simples plano da repetição. “O ensino de Filosofia só é filosófico na medida em que aqueles saberes são revisados no contexto da aula. Isto é, quando se filosofa a partir deles ou com eles e não quando somente se os repete história ou filologicamente” (CERLETTI, 2009, p.34).

Conforme Gallo (2012), não se produz Filosofia sem um problema, pois o problema é considerado o motor da experiência filosófica do pensamento. Nesse viés, acreditamos que não atentar ao problema sobre as questões filosóficas significa repetir, contar ou escutar histórias, levando a degradação do ensino. Isso é o que muitos professores fazem, usar de seu ensino como narrativas de pensamentos de diversos períodos da história como se fosse qualquer disciplina. Gallo (2021, p. 73), argumenta que:

o problema nos move a pensar justamente porque não somos capazes de compreendê-lo de antemão; ele não nos oferece uma resposta pronta, mas apresenta para nós como desafio a ser enfrentado, para o qual uma resposta precisa ser construída. Todo problema é a multiplicidade, na medida em que é composto por um conjunto de singularidades.

Problematizar é uma forma de forçar o pensamento, de provocar a inquietude. Essa é a tarefa do professor em sala de aula, para que, a partir daí, o aluno possa buscar por si só as respostas aos problemas propostos. Não falamos de respostas prontas e acabadas, pois do ponto de vista filosófico, uma resposta passa a ser um novo problema ou questionamento. Com esse pressuposto, devemos trabalhar o ensino de Filosofia. Problematizar deve ser peça fundamental no processo educativo do ensino das escolas brasileiras. Este parece ser o caminho para o exercício do pensamento dos alunos, pois problematizar instiga o aluno a buscar compreender os conceitos e a criar novos conceitos, além de possibilitar ainda, a inquietude diante das imposições estabelecidas na sociedade contemporânea.

Voltemos a falar da importância do conceito como possibilidade para o ensino de Filosofia. O conceito tem uma relação próxima com o problema, pois segundo Gallo (2012, p.55), “o conceito é uma forma racional de equacionar um problema ou problemas, exprimindo uma visão coerente do vivido. Não é abstrato nem transcendente, mas imanente, uma vez que se baseia necessariamente em problemas experimentados”. Do ponto de vista de (GALLO, 2012, p.40):

Parece promissor e produtivo tomar a Filosofia como atividade de criação conceitual para pensar e experimentar seu ensino. Essa definição nos permite tomar uma posição no ensino uma vez que a Filosofia é uma atividade de criação, ela nos remete necessariamente para a noção de um ensino ativo que convida para uma experiência do pensamento,

Percebemos, nas duas citações de Gallo (2012), a importância da atenção dada para a criação de conceitos, pois estes se mostram como uma possibilidade para se pôr em prática nas aulas de Filosofia, já que estes mantêm uma relação próxima com o problema e este último possibilita outra maneira de fazê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos alguns desafios que o ensino de Filosofia veio enfrentando ao longo de sua trajetória até os problemas mais comuns atualmente. Todo movimento oscilatório de inclusão e exclusão da disciplina de Filosofia do currículo educacional brasileiro é a mais real forma de desprezo e desrespeito com seu ensino. E, embora percebendo nos documentos expedido pelo Ministério de Educação, uma certa atenção à disciplina, na prática está longe de acontecer como previsto. E ainda mais, como foi exposto no texto, devemos questionar ou problematizar sobre a maneira como esses conteúdos são impostos para nós, sobre o tipo de cidadania que é prevista pelos documentos legais apresentados.

Nesse sentido, apresentamos algumas possibilidades ao longo do texto, com base nos autores que fundamentam a temática em estudo, e esperamos que suas contribuições teórico-metodológicas possam nos apoiar para repensarmos o ensino de Filosofia no Ensino Médio da rede pública e superamos alguns desafios ora apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil.** Lei 11.684 de 2 de junho de 2008.

BELIERI, C. M; SFORNI, M. S. F. **A presença da filosofia no currículo escolar do ensino médio.** Seminário de pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá 12 a 14 de Junho de 2013.

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: ensinar e aprender.** São Paulo: Saraiva, 2013.

CARMINATI, C. J. **Formação e didática do ensino da Filosofia.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 38, p. 369-384, jan./abr. 2013.

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico.** Trad. Ingrid Muller Xavier- Belo Horizonte: Autentica. Editora, 2009.

FÁVERO, A. A. et al. **O ensino da filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 257-284, set./dez. 2004.

GALLO, S. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia.** 14 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o Ensino Médio.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GUIDO, H; GALLO, S; KOHAN. **Princípios e possibilidades para uma metodologia filosófica do ensino de filosofia: história, temas problemas.** Filosofia e formação. Cuiabá, MT: central de texto, 2013.

KOHAN, W.O. **Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar/ tradução Ingrid Miller Xavier- Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009. Coleção ensino de filosofia. ISBN 978-7526-394-5.**

KOHAH, W.O. Antinomias para pensar o ensino da filosofia. In: CARVALHO, M; CORNELLI, G. **Filosofia e formação.** Cuiabá, MT: Central de texto, 2013.

LIMA, W. M. **O ensino de filosofia no ensino médio: problematizando a cidadania e a formação docente.** Debates em educação-ISSN 2175-6600. Maceió, vol.2, nº 4, jul./dez.2010.

LIPOVETSKY, Gilles, 1994. **Os tempos hipermodernos.** tradução Mario Vilela. São Paulo: editora Barcarolla, 2004.

LUZ, L.C. S; Santo E. E. **O ensino de filosofia no ensino médio: desafios e possibilidades para a prática filosófica enquanto ação transformadora.** Revista Intersaberes | vol. 7 n.14, p. 309- 321 ago. – dez. 2012 |ISSN 1809-7286.

MATTAR, A.M; TOMAZETTI, E. M; DANELON, M. Filosofia como disciplina escolar. In: CARVALHO, M; CORNELLI, G. **Filosofia e formação.** Cuiabá, MT: central de texto, 2013.

MAZAI, N; RIBAS, M. A. C. **Trajetória do ensino de filosofia no Brasil.** Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001.

PERECINI, T.B; RODRIGUES.A. **Uma problematização acerca do ensino de filosofia: da formação universitária às práticas escolares no ensino médio.** Trilhas Pedagógicas, v. 4, n. 4, Ago. 2014, p.103-115.

RODRIGO, L. M. **A filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.** Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

RODRIGUES Z. A. L. **O ensino da Filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 69-82, out./dez. 2012. Editora UFPR.

RONDON, R. Entre o universalismo da tradição filosófica e a diversidade local nas escolas e seus sujeitos. In: CARVALHO, M; CORNELLI, G. **Filosofia e formação.** Cuiabá, MT: central de texto, 2013.

SÁ, L. F. A. V. **Filosofia no ensino médio: propostas versus problematização.** ISSN-1984-3879, SABERES, Natal- RN, v.1, n. 9, mai. 2014, 1206-131.

SAVIAN FILHO; CARVALHO, M.; FIGUEIREDO, V. B. **A BNCC e o futuro do Filosofia no Ensino Médio: hipóteses.** Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia – ANPOF, mai.2018.

SOUSA, K. P.A. **A Filosofia no Ensino Médio: alguns desafios.** Revista Espaço Acadêmico- n.195- agosto/2017- mensal ano XVII.ISSN 15196186.